

Empresários e sindicatos divergem sobre estabilidade

Da Reportagem Local

Maiores rigor nos processos de seleção e recrutamento de pessoal, dificultando o acesso dos novos contingentes da população economicamente ativa ao mercado formal de trabalho. Esta será uma das consequências da eventual reintrodução do direito à estabilidade no emprego, segundo prevê o presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) e diretor da São Paulo Alparagatas, Renato Pasqualini, 52.

Embora ressalve que "pessoalmente não sou contra", Pasqualini

endossa um diagnóstico praticamente unânime na área empresarial: a estabilidade trará mais problemas que vantagens para os trabalhadores. A advertência não encontra eco entre os dirigentes sindicais, que sempre incluíram a estabilidade em suas pautas de reivindicações nas negociações coletivas de trabalho e também a elegeram como uma de suas bandeiras para o Congresso constituinte.

"O que os empresários pretendem ter nas mãos é o artifício da redução dos salários através da rotatividade da mão-de-obra", afirma o presidente da Central Geral dos Trabalhadores

(CGT), Joaquim dos Santos Andrade, "Joaquinzão", 60. No seu entender, as demissões em massa que começam a ocorrer na indústria paulista são mais um exemplo prático de como os trabalhadores estão desprotegidos. "A partir dessas demissões, o que veremos é trabalhadores que ganhavam Cz\$ 20 mil, por exemplo, sendo posteriormente contratados por Cz\$ 12 mil ou Cz\$ 15 mil quando muito".

Para o secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jacó Bittar, 46, a essência do problema está no tipo de capitalismo praticado no Brasil que, em sua avaliação, não respeita os trabalhadores como agentes econômicos. "Sem estabilidade os trabalhadores não podem se organizar, não podem reivindicar seus direitos, ficando totalmente nas mãos das empresas". Quando esta situação afeta não apenas os interesses gerais dos trabalhadores mas a sua própria sobrevivência, "é preciso uma legislação para protegê-los". Daí o empenho das centrais sindicais em garantir a estabilidade no emprego como preceito constitucional.

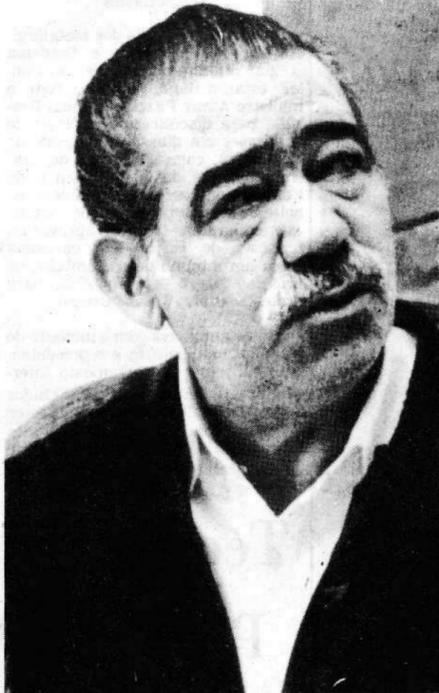
Um erro

"A estabilidade plena é um erro", afirma o diretor-presidente da Semco, Ricardo Frank Semler, 28, empresário da nova geração que cultiva idéias consideradas avançadas no campo das relações do trabalho. "É como tentar colocar uma camisa de força em empresas despreparadas para trabalhar nesse regime", considera Semler, ao comentar a proposta aprovada na Comissão de Ordem Social do Congresso constituinte.

Por entender que mecanismos como a da estabilidade ou participação dos trabalhadores nos lucros não podem ser impostos por lei, porque têm os mesmos problemas de um congelamento linear de preços, que dá tratamento igual a empresas em situações diferentes, o empresário defende programas menos ambiciosos e mais realistas. Um primeiro passo no sentido de proteger o emprego dos trabalhadores seria dificultar o processo de demissões.

Semler afirma que nas três unidades da Semco, que empregam cerca de três mil pessoas, há um programa com esse objetivo, centralizando no diretor de recursos humanos ou na própria presidência a demissão de funcionários com mais de três anos de casa. "Se com três anos de prazo foi extremamente difícil implantar esse programa, o que não dizer de uma estabilidade logo depois de noventa dias de trabalho, como estabelece a proposta em discussão no Congresso constituinte", argumenta.

A proposta da estabilidade encontra forte oposição na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) cujos dirigentes até evitam falar a respeito, depois que ela foi aprovada pela Comissão de Ordem Social do Congresso constituinte.



O sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, da CGT



Theophilo de Azeredo Santos, do sindicato dos bancos

Confiantes no seu "lobby", dirigentes da entidade acreditam que a estabilidade não será aprovada em plenário.

Greve geral

O movimento sindical dos trabalhadores dirige suas pressões em sentido contrário. A CUT, por exemplo, propôs a greve geral contra a política salarial do plano Bresser para o dia 12 de agosto, por coincidir com a data de entrega das emendas populares ao Congresso constituinte. Embora a greve tenha o objetivo imediato de forçar uma revisão da nova política salarial, a pauta de reivindicações elaborada pela CUT inclui a defesa dos direitos dos trabalhadores na futura Constituição.

Habitualmente moderado, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, faz enigmáticas advertências contra o não cumprimento da estabilidade pelas empresas, caso ela se transforme em preceito constitucional. "Não há empresa com toda a sua ganância que vá tentar o não cumprimento da lei, porque aí poderíamos ir um pouco além", diz "Joaquinzão".

Entre os empresários, um dos principais argumentos utilizados contra a estabilidade é que ela anula o critério da eficiência na administração de recursos humanos e premia os incompetentes com uma inabalável permanência no emprego. "As empresas não demitem empregados competentes", afirma o presidente

do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, Theophilo de Azeredo Santos.

Mas "Joaquinzão", um ferramenteiro aposentado da Metalúrgica Matarazzo, diz que nunca alterou suas características profissionais quando trabalhava sob o regime de estabilidade, na época anterior a 1964 (então, o trabalhador tornava-se estável com dez anos numa empresa). E Jacó Bittar, da CUT, funcionário afastado da Petrobrás, afirma que a relativa estabilidade que existe naquela estatal, não faz dela uma empresa ineficiente. Para "Joaquinzão", o Brasil só acabou com a estabilidade "por exigências das multinacionais", substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) "que a rigor nada garante e paga quantias irrisórias".

Renato Pasqualini concorda com as críticas ao FGTS. "Quando foi criado, a idéia era muito boa, mas mexeram tanto no FGTS que hoje se tornou ridículo. Ele onera as empresas e não resolve o problema dos trabalhadores", afirma o diretor da Alparagatas.

Seguro-desemprego

Outro empresário, Sebastião Borbulhan, 62, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados no Estado de São Paulo, entende que a saída correta para a proteção dos trabalhadores é um seguro-desemprego eficiente que realmente garanta sua

sobrevivência em períodos de desemprego, mas reconhece que a situação do Brasil, "um país capitalista sem capital" não permite isso. Ele é um dos poucos empresários a concordar com o princípio da estabilidade, porém somente em períodos de crise aguda mas, conclui que nesse caso a idéia é impraticável pois são esses momentos que as empresas se vêem forçadas a reduzir custos, cortando mão-de-obra, para assegurar sua própria sobrevivência. Por isso, ele defende, em lugar de estabilidade temporária um seguro-desemprego que funcione.

Tanto Borbulhan como Pasqualini e Azeredo avaliam que a experiência anterior de estabilidade não defendia o trabalhador pois a lei levava muitas empresas a demitirem empregados antes que completassem dez anos de casa. Eles acham que essa tendência não se alterará no caso de uma nova estabilidade, mesmo com um prazo de noventa dias. Para Pasqualini, os empresários não se arriscarão a tornar estáveis empregados com apenas noventa dias de casa, período muito curto para um treinamento adequado, principalmente levando-se em conta o grande contingente de trabalhadores não especializados existente no país e que acabam sendo formados nas próprias empresas. Daí a perspectiva que ele traça de afunilamento do acesso ao mercado de trabalho.

Proposta gera polêmica entre deputados

Da Sucursal de Brasília

"Estamos prontos para a luta de resistência". A frase do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) —de esquerda, segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os eleitos" no dia 19 de janeiro— traduz a expectativa dos parlamentares "progressistas" quanto ao verdadeiro bombardeio que o empresariado nacional deverá fazer de agora em diante contra a proposta de estabilidade no emprego, incluída no anteprojeto da nova Constituição apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro.

Aprovada com relativa facilidade na Comissão da Ordem Social, a estabilidade, que acabou sofrendo alguns adendos limitando sua extensão, deverá sofrer agora grandes modificações diante da pressão do setor considerado conservador. Antes mesmo da Comissão de Sistematização se reunir para definir sua posição em relação à estabilidade, 105 entidades empresariais —em reunião no Rio Grande do Sul— já se posicionavam contra sua manutenção da nova Constituição. Seu argumento: o emprego estável trará grandes complicações para o sistema de produção.

"A estabilidade vai desorganizar o sistema de emprego no Brasil", afirma o deputado Guilherme Afif Domingos (PFL-SP), de centro-direita. Ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, Afif considera que se a estabilidade for mantida no texto final da Constituição, apenas um pequeno grupo de empresas, dentre as quais as estatais, continuará assinando a carteira de trabalho de seus empregados. A grande maioria, porém, evitará a assinatura de contratos de trabalho, o que implicará na "informalização" do mercado de trabalho no país.

Na visão do deputado Ronaldo Cezar Coelho (PMDB-RJ), de centro-direita, a estabilidade "não é uma proposta séria", pois não é adequada à realidade do país. "A garantia de emprego estável é um suicídio para a economia", diz o deputado, presidente do Grupo London Multiple, para quem há intransigência do movimento sindical em manter uma proposta, na qual "ninguém acredita".

"Estão fazendo um verdadeiro terrorismo contra a estabilidade", avalia Virgílio Guimarães, economista e sindicalista. Na sua opinião, a estabilidade possibilita maior especialização do trabalhador, hoje, vítima da rotatividade. Guimarães considera falacioso o argumento de que a garantia de emprego estável significará um desincentivo à produtividade do trabalho, um dos argumentos mais utilizados pelos seus opositores. "Países mais desenvolvidos que o Brasil, tanto socialistas quanto capitalistas, possuem uma legislação trabalhista mais avançada e isso não inibe a produção, pelo contrário."



Deputado Ronaldo Cezar Coelho

Mesmo com a oposição cerrada dos conservadores, a estabilidade conseguiu sobreviver até essa terceira fase dos trabalhos constituintes. Proposto na Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público pelos principais dirigentes do movimento sindical, o emprego estável não teve dificuldades maiores para ser aprovado. Afinal, a subcomissão era formada majoritariamente por parlamentares "progressistas", dos quais onze ligados ao movimento sindical. Nesse contexto, não foi difícil para o relator Mário Lima (PMDB-BA), de esquerda, conseguir os treze votos necessários à aprovação integral de sua proposta: estabilidade no emprego, exceto nos contratos de experiência de no máximo noventa dias ou ocorrência de falta grave comprovada judicialmente.

Na Comissão da Ordem Social, porém, a estabilidade sofreu algumas contramarchas. Frente a uma oposição muito forte da ala "conservadora" da comissão, liderada pelo deputado Max Rosenman (PMDB-PR), de centro, o relator Almir Gabriel (PMDB-PA), de centro-esquerda, tentou atenuar significativamente a estabilidade, abrindo ainda mais exceções à sua aplicação. A reação dos progressistas foi imediata: "Não podemos abrir mão da estabilidade, pois ela é uma reivindicação fundamental dos trabalhadores", afirmava o deputado Paulo Paim (PT-RS), de esquerda, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A pressão da esquerda foi tão forte que o relator reavaliou a decisão. E incluiu no seu anteprojeto, votado no plenário da Ordem Social, a estabilidade com quatro ressalvas: contratos de experiência de noventa dias; contratos a termo de no máximo dois anos para atividades de caráter transitório; demissão por justa causa comprovada judicialmente; e ocorrência de fato econômico ou técnico intransponível, comprovado judicialmente, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado.

Com o apoio decisivo do Departa-

mento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a ala "progressista" da Ordem Social conseguiu aprovar a estabilidade nos moldes propostos pelo relator. Mesmo em minoria dentro da Comissão —cerca de 25 parlamentares— a "esquerda" conseguiu atrair os votos do centro, composto por cerca de vinte constituintes, garantindo assim a aprovação de suas teses mais caras —como a estabilidade, a jornada de quarenta horas e o direito amplo de greve.

Mesmo mantendo suas posições, tanto defensores quanto opositores da estabilidade não descartam a possibilidade da negociação, especialmente na fase da votação. "Não tenho dúvida de que teremos que fazer uma composição", prevê Ronaldo Cezar Coelho, para quem o emprego estável poderia ser substituído por um aumento do período de aviso prévio —hoje de um mês— ou a criação de algum tipo de indenização proporcional ao tempo de serviço para o trabalhador demitido.

A proposta de Afif segue na mesma linha: fixação de multa progressiva sobre o FGTS para os casos de demissão imotivada, conforme determinar a lei ordinária. Ele advoga ainda a criação de um bom sistema de seguro-desemprego, que possibilita ao desempregado uma sobrevivência digna.

O deputado César Maia (PDT-RJ), de centro-esquerda, propõe como alternativa o estabelecimento do princípio da segurança no emprego, que seria gradativamente adaptada à realidade econômica do país, na medida em que a estabilidade plena é "inconcebível para o momento atual". Na visão de Maia, a estabilidade desde a admissão, por não ser aplicável de imediato, não tem condições de ser aprovada na Constituição. "Da forma como está, a direita acabará atraindo os votos do centro e inviabilizando totalmente qualquer tipo de garantia de segurança do trabalhador no emprego", afirma o deputado e economista.

Para o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), de centro, a saída para o impasse será a fixação da estabilidade, mas num prazo de vinte anos. "Precisamos dificultar a demissão imotivada, mas isso deve ser conquistado ao longo do tempo", afirma o deputado. Ex-secretário do Planejamento do Ceará e professor de economia, Osmundo prevê uma acirrada batalha entre conservadores e progressistas. "Mas já percebi que a ala progressista está sensível ao acordo", afirma.

Virgílio Guimarães não descarta a negociação, mas prevê forte pressão dos trabalhadores pela garantia de algum tipo de proteção ao trabalho na Constituição. "Vamos negociar, mas não há clima para se derrubar totalmente a estabilidade, pois o país vive um momento delicado depois do plano Bresser, que atingiu diretamente os trabalhadores", diz.